

“A Alca e o Futuro do Brasil”

Samuel Pinheiro Guimarães*

Introdução

O evento de inauguração do Centro Acadêmico Samuel Pinheiro Guimarães foi realizado no dia 28 de agosto de 2003, às 19h00 no Salão Nobre – Auditório Edla van Steen na Unibrasil e contou com a presença do próprio homenageado, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, atual Secretário Geral do Itamaraty.

Para a apresentação do embaixador, esteve presente o presidente da Itaipú Binacional, Jorge Samek e o representante do Centro Acadêmico de Relações Internacionais, Francisco Weinhardt Withers. Compuseram a mesa as professoras Carol Proner, Coordenadora de Publicações Acadêmicas e Professora de Direitos Humanos e Larissa Ramina, Coordenadora do Curso de Relações Internacionais.

AALCA e o Futuro do Brasil

Queria agradecer aos alunos do curso de relações internacionais, de direito, de economia e especialmente aos alunos de relações internacionais por me colocarem esse desafio de ter que me tornar digno dessa homenagem.

É com muita emoção e gratidão que recebo essa placa, esse presente, o carinho de vocês. Espero sempre ser digno dessas palavras que aqui foram ditas. Por uma coincidência me formei em Direito na Universidade do Brasil, de modo que espero que essa Instituição venha a ser a nova Universidade do Brasil.

Tenho certeza que os alunos estarão à altura de si mesmos e saberão construir suas carreiras e defender os princípios que devem reger a política brasileira e as relações internacionais do Brasil.

Foi-me sugerido que fizesse uma pequena palestra sobre política externa brasileira e eu não gostaria de deixar passar essa oportunidade para afiar alguns conceitos.

A análise da política externa brasileira decorre da análise crítica do cenário internacional, cenário este que é extraordinariamente novo. Desde a Segunda Guerra Mundial, com a criação das Nações Unidas, temos um cenário de intensa instabilidade política e de instabilidade também nas regras de direito que regem o sistema internacional. Nossas regras, que são basicamente os princípios da igualdade soberana dos Estados, da não intervenção e da autodeterminação, tem sido profundamente afetadas

* Palestra do Embaixador e Secretário Geral do Itamaraty, Samuel Pinheiro Guimarães.

desde o chamado 11 de Setembro. Surgiram novos princípios, como o chamado princípio da intervenção preventiva. Em verdade não são princípios, mas argumentos. O argumento da intervenção humanitária, por exemplo, que permite aos Estados mais poderosos agir além do quadro jurídico internacional. E este é um processo extremamente perigoso como temos assistido nos últimos tempos.

Estas inovações internacionais, do ponto de vista econômico, representam também um cenário novo. Pela primeira vez, desde o fim da Segunda Guerra, os três principais centros da economia mundial estão em processo de estagnação. Tanto o Japão, que já está com a economia estagnada a mais de 10 anos, quanto a Europa, com taxas muito baixas de índices econômicos, e os Estados Unidos, também com baixos níveis de crescimento econômico, procuram caminhos de recuperação que não tem sido bem sucedidos e essa situação, por se tratar de economia mundial, geram reflexos muito importante sobre países que estão na periferia do sistema econômico, como a nossa.

Nós temos uma situação que podemos chamar de situação ideológica mundial e que é muito perigosa. Após a Segunda Guerra os países altamente desenvolvidos, as antigas metrópoles, tinham uma espécie de obrigação de cooperar com o desenvolvimento das antigas colônias, África, Ásia e outros países subdesenvolvidos como nós, que também fomos colônia. E essa divisão do mundo cooperativo, quem sabe keynesiana, é uma visão de um mundo interdependente e que poderia vir a ser desenvolvido. Mas nos anos que se seguiram esse termo "desenvolvimento" foi sendo substituído por uma visão extremamente individualista, tanto nas sociedades nacionais como no plano internacional.

Nas sociedades nacionais as pessoas são consideradas pobres porque são incompetentes, porque não estudaram e a culpa por serem pobres é atribuída a elas mesmas. No plano internacional opera a mesma visão. Os Estados são pobres porque são incompetentes, porque não souberam educar a sua população.

Todo passado de exploração cultural foi simplesmente esquecido. Esses compromissos dos países desenvolvidos para com os países em desenvolvimento passam a não mais existir: "Eles que de uma forma ou de outra criem suas próprias condições e resolvam suas próprias dificuldades". Prova disso tem sido a redução extraordinária dos recursos destinados à chamada "assistência ao desenvolvimento" por parte dos países desenvolvidos. Prova disso, de uma visão individualista, revela-se no descaso, no uso predatório dos recursos naturais, no desrespeito ao meio ambiente, por parte dos países altamente desenvolvidos, ou na noção de que, de uma forma ou de outra, as economias menores devem abrir os mercados e deixar que o livre comércio resolva todos os problemas da humanidade.

Por um lado, portanto, o cenário internacional é muito complexo. Por outro, mostra-se insuficiente. Eu tenho dito sempre, porque também não posso inventar a cada vez, que a sociedade brasileira tem quatro desafios:

O primeiro deles: superar as extraordinárias disparidades sociais que existem no Brasil. São disparidades de natureza econômica, de renda, de riqueza, disparidades

cujas origens estão nas etnias, disparidades de gênero, desigualdades regionais, desigualdades entre as cidades, no campo, desigualdades de toda ordem. Desigualdade no acesso à cultura, no acesso aos bens públicos, dentre os mais diversos interesses da população.

Existe uma enorme massa de brasileiros que estão fora. Fora é um exagero: cuja relação com a economia é tênue. São mais de 40 milhões abaixo do nível de pobreza, dos quais talvez 20 milhões de indigentes. São pessoas que estão na ponta errada da concentração de renda, da riqueza, que não tem acesso aos meios culturais, que não tiveram oportunidade de se educar. Muitas vezes são também aqueles pessoas de origem, eu diria, não branca, indígenas, negros, mestiços, e também as mulheres que são chefes, responsáveis por famílias inteiras no Brasil.

Como incorporar essas pessoas à economia? Como trazer essas pessoas para dentro do sistema econômico, vez que estão "ligadas" de uma forma precária? Elas estão efetivamente vinculadas, já que não estão em outro mundo. Elas estão nesse mundo, nessa economia, porém com baixíssima produtividade, com baixíssimas condições para superar essa situação difícil. Como se libertar disso?

Esse é um enorme desafio para nós do Brasil. Depois dessas pessoas, dos 40 milhões abaixo da linha de pobreza, nós temos ainda as pessoas próximas da linha de pobreza e as pessoas acima da linha de pobreza, porém próximas; talvez outros 40 milhões de pessoas. Essas pessoas também estão fora da sociedade política. Não são cidadãos de fato em razão, principalmente, de sua escassa compreensão do processo político, tendo em vista sua posição social extremamente difícil. Naturalmente elas não podem participar plenamente do processo político.

Segundo desafio da sociedade brasileira: já que falamos em concentração de renda, está é, no Brasil em geral, tomada em relação ao salário, equações entre maior e menor salário de um para trinta, de um para cinqüenta. Mas a concentração de riqueza é muito maior. A renda não pode ser definida apenas como salário. Isso é óbvio, no entanto, quando se fala em concentração de renda normalmente considera-se apenas o salário, quando as fontes de recurso e riqueza são outras além do salário, são os alugueres, os juros, são os lucros. E as pessoas que recebem a maior parte dessas outras fontes de riqueza são a minoria absoluta. As rendas no seu conceito mais amplo são muito maiores que as que aparecem nas estatísticas nacionais e internacionais. Basta compararmos os rendimentos de um guardador de automóveis com os ingressos que recebem pessoas em posições superiores na estratificação de riquezas.

Essa é uma questão extraordinariamente séria. Como enfrentar esse extremo desafio da sociedade já que temos uma sociedade em transformação que tem crescimento de aproximadamente 2 milhões de pessoas/ano. E essa expansão significa, principalmente nas classes mais desfavorecidas, eufemismo para os mais pobres. Justamente nos locais onde existem pessoas mais desvalidas revelam-se as mais altas taxas de crescimento demográfico. A pressão da sociedade, da população, sobre a infraestrutura social tende a crescer. Escolas, hospitais, estradas, meios de transporte, siste-

A ALCA E O FUTURO DO BRASIL

mas de energia, são demandas crescentes na sociedade em transformação. A mão-de-obra futura cresce extraordinariamente, a população cresce e, ao mesmo tempo, a tecnologia recentemente adotada poupa a mão de obra. Então uma coisa liga-se a outra.

Temos visto o que pode acontecer: crescentes dificuldades em empregar pessoas nos setores mais avançados por não dispor de mão-de-obra qualificada. Esse é um desafio extraordinário: o de gerar empregos produtivos para tais pessoas. Elas estão empregadas, mas com produtividade baixa. Extremamente baixa. Como fazer para que elas se tornem mais produtivas? Como criar oportunidade de trabalho?

Terceiro desafio: vulnerabilidades externas. Vulnerabilidades de toda ordem: políticas, econômicas, militares, tecnológicas e até mesmo ideológicas.

Vulnerabilidades econômicas: manifestam-se pelas dificuldades que o Brasil permanentemente apresenta em atrair volumes capitais suficientes para manter e fazer frente aos compromissos internacionais.

Vulnerabilidade tecnológica: são visíveis tendo em vista que a possibilidade de desenvolver uma economia competitiva depende atualmente de uma transformação tecnológica. Investimos muito menos em ciências e pesquisa científica e tecnológica que outros Estados. As outras sociedades estão se tornando cada vez mais competitivas, enquanto nós, ao gerarmos uma menor dinâmica em relação a tecnologia, ficamos relativamente para trás. E não pode ser uma tecnologia que apenas seja moderna porque não será capaz de gerar empregos no volume necessário e suficiente.

Temos demonstrado extraordinária capacidade no campo tecnológico, como é o caso da Itaipu, na pesquisa e exploração de petróleo, na indústria aeronáutica, na pesquisa em biotecnologia, na área de informática e assim por diante. Há, portanto, capacidade. O problema é que a pesquisa depende do volume de recursos investido. São setores muito sofisticados, que exigem equipamentos sofisticados e caros. Não é suficiente a existência de apenas grandes pesquisadores. É como imaginar pesquisa espacial sem satélites. Podemos ter pesquisa pura na área da matemática, ou em certas áreas, mas mesmo na área da matemática os computadores são imprescindíveis. Não há como fazer pesquisa, mesmo nessas áreas, sem tecnologia de ponta.

Vulnerabilidade militar: na área militar o Brasil é logicamente vulnerável, tendo em vista a dimensão, a extensão de suas fronteiras. Os poucos recursos destinados à defesa são, comparando a outros países, muito inferiores e insuficientes.

Vulnerabilidade política: na área política também somos vulneráveis. O Brasil não faz parte dos principais centros de decisão na esfera internacional. Não faz parte, para começar, do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Não faz parte do G8, e assim por diante. Configura-se uma situação de relativa vulnerabilidade por não fazer parte desses organismos onde são tomadas decisões que podem afetar, de uma forma ou de outra, nossos interesses. A competência desses organismos vem se expandindo. Seus motivos, chamados de ameaça à paz ou de ruptura da paz, vem se expandindo. E de repente nós podemos estar em uma situação muito vulnerável.

Finalmente, a vulnerabilidade ideológica: o que sabemos a respeito de outros países têm sido imagens, descrições que nos vem por intermédio de outros, de outras visões. Tendo em vista que a sociedade em geral não pode estar em todos os lugares ao mesmo tempo, o que nós sabemos do Iraque, por exemplo, sabemos porque foi repassado por meio de descrições e relatos de jornalistas de grandes agências de notícias. Tudo o que aprendemos sobre o Iraque, toda aquela imagem que temos da intervenção, sabemos por meio da mídia, das informações que foram colocadas nos meios de comunicação e que vieram a se comprovar muito distantes da realidade.

Mas nós só sabemos disso hoje. Naquela época não sabíamos. Nossa vulnerabilidade ideológica é tal que muitos meios de comunicação, jornais estrangeiros, etc. ditam para nós como devemos ser ou o que o Brasil deve fazer. Autoridades vêm ao nosso país, escrevem artigos na imprensa brasileira definindo como devem ser os processos políticos e econômicos. Vocês acreditam no que eles dizem? Técnicos estrangeiros vêm ao Brasil, de tempos em tempos, e sugerem quais são as políticas que devem ser adotadas. Eles não vivem aqui, não nasceram aqui, tem um conhecimento remoto de quais sejam os nossos problemas e, no entanto, dizem como devemos agir. No caso de um país vizinho levaram esse país à bancarrota.

Então, nós temos uma forte vulnerabilidade ideológica. “Devemos acreditar em tudo sobre nós mesmos desde que tenha um carimbo externo”. É um desafio muito grande que o Presidente Lula já colocou muitas vezes: o desafio da auto-estima. Acreditarmos em nós mesmos, termos nossa própria interpretação sobre nós mesmos e criarmos soluções nossas para os nossos desafios.

Apesar de parecer, o Brasil não é um país normal, no seguinte sentido: se fizermos uma lista dos 10 maiores países do mundo em território, outra lista dos 10 maiores países em população e outra lista dos 10 maiores países em PIB, só três países estão nas três listas: os Estados Unidos, a China e o Brasil.

Alguém me dirá: o Brasil não está na lista dos que tem o maior PIB. Está. Apenas é uma questão de taxa de câmbio. Se amanhã a taxa de câmbio passar para 2 reais por dólar, o Brasil volta a estar na lista. Portanto não é um país normal. Nós não podemos ser comparados a um país com pequeno número de habitantes. Com um país que tem um pequeno território. Com um PIB pequeno. As dimensões do Brasil fazem com que ele esteja no mesmo nível, potencialmente, dos demais que eu mencionei, isto caso consiga superar aqueles desafios. Se não superar a situação é outra. Mas se superar o Brasil tem a possibilidade de ter um mercado interno do tamanho do mercado interno dos Estados Unidos. Muito maior que o da França ou da Alemanha. E o fato de ter as dimensões que tem permite explorar recursos naturais de dimensões muito maiores. Dezenas de bilhões de hectares não são cultivados, por exemplo. Podemos ser uma potencia alimentar.

O Brasil é um país belo e diverso. Graças as sua capacidade biológicas, mineral, fontes de energia convencional e não convencional, etc. Então eu digo que não podemos ter uma visão pequena de nós mesmos. Se você tiver uma visão pequena será

AALCA E O FUTURO DO BRASIL

um país pequeno. Ou o Brasil resolve rápidos seus desafios ou a situação será extraordinariamente complexa.

E, por fim, o quarto desafio: a construção da democracia. Como construir uma verdadeira democracia dentro de um sistema com disparidades e vulnerabilidades tão grandes? Democracia tal que permita às pessoas realmente participarem do processo de escolha dos candidatos. Votar e controlar os candidatos eleitos. Esse processo é realmente difícil.

O Brasil é o país que possui o maior número de vizinhos nas Américas. Os Estados Unidos só tem dois vizinhos. A maioria dos países tem 3 ou 4 vizinhos. O Brasil tem 12 e a política exterior brasileira tem que levar em conta essa diferença. Esses vizinhos já foram muito distantes. À medida que o Brasil foi se interiorizando esses vizinhos ficaram cada vez mais próximos. Eles ficaram tão próximos que atualmente existem cerca de 04 mil brasileiros vivendo no Paraguai (existem prefeitos e vereadores brasileiros, pois a lei paraguaia permite que estrangeiros sejam eleitos). Há muitos brasileiros na Bolívia e assim por diante. Nossa proximidade é muito grande com o Uruguai, com a Argentina e assim por diante.

O presidente Lula recentemente afirmou que não há solução individual para nenhum país da América do Sul. Ou os países da América do Sul resolvem seus problemas em conjunto ou não vão resolver seus problemas. A situação desses países é semelhante à nossa. Grandes desigualdades sociais e, em muitos desses países, agravadas por populações indígenas que falam línguas diferentes, grandes disparidades de renda e riquezas, grandes vulnerabilidade externas. O grau de sofisticação de nossa economia é muito maior do que a dos países vizinhos, inclusive da economia Argentina, que é a mais semelhante ao Brasil. Isso faz com que esses países enfrentem dificuldades, dentro daquele quadro internacional, muito grandes. Há países com 05 anos de recessão. Há países que tiveram suas estruturas sociais desarticuladas, como a Argentina, países com entorno regional extraordinariamente complexo: Colômbia, Venezuela e assim por diante.

Então é dentro desse entorno mundial, regional e nacional que se desenvolve e que deve ser analisada a política exterior brasileira. Desenvolve-se dentro desse panorama e levando em conta as contingências já colocadas.

Os objetivos da política exterior brasileira estão na constituição brasileira. O primeiro grande objetivo é, talvez, a manutenção da paz e da luta pelo direito. O direito porque o direito é um sistema internacional, o direito internacional. Fora do direito internacional os riscos são extraordinários, inclusive para países menos poderosos. Então a luta pela paz e a luta pela defesa daqueles princípios de direito internacional – soberania, não-intervenção, autodeterminação – que são aqueles previstos em nossa constituição brasileira e na Carta das Nações Unidas, são tão importantes:

Princípio da soberania, da igualdade soberana dos Estados, que permite a todos os Estados possuírem mesmos direitos. Faz com que Estados maiores não possam impor seu direito aos menores.

Princípio da não-intervenção, exceto em casos previstos no direito internacional – que são os casos previstos na Carta das Nações Unidas – somente quando há ameaça a paz ou ruptura da paz; princípio da autodeterminação, que permite a cada Estado se auto-organizar. Alguns Estados acreditam que outros devem se organizar à sua imagem e semelhança, e isto é extremamente complexo, como estamos verificando nos dias que correm, porque muitas vezes o que uns entendem bom para si mesmo e para os outros, outros não consideram bom para si mesmos. A tentativa de impor aos Estados uma organização sócio-política é extremamente complexa porque cada Estado tem sua história, suas próprias tradições e interesses. O princípio da não-intervenção em assuntos internos é extremamente importante; princípio da solução pacífica das controvérsias, para evitar que os Estados prefiram resolver as controvérsias pela força, já que são mais fortes.

A luta pela paz é extremamente importante. O presidente Lula logo no início de seu governo teve que enfrentar a crise do Iraque. Embora tão distante de nós, aparentemente o Iraque é aqui. Tendo em vista as implicações de natureza política que aquela situação estava provocando, a posição brasileira poderia não atingir o Iraque num primeiro momento, mas eventualmente poderia criar um precedente para um tipo de visão do direito dos Estados e da situação internacional extremamente desfavorável ao Brasil. O presidente fez um grande esforço para evitar a ruptura dos princípios das Nações Unidas no caso do Iraque. Esse esforço credenciou o governo brasileiro e o Brasil aos olhos dos outros países: a defesa firme e séria da solução pacífica das controvérsias, do direito internacional e do multilateralismo (multilateralismo no sentido oposto ao unilateralismo).

O segundo objetivo do Brasil, na minha opinião, é a questão da soberania. A necessidade de preservar a capacidade soberana do Estado brasileiro, de se organizar, de ter políticas próprias, desenvolvimento econômico, social e político. Há um imenso esforço internacional para restringir a capacidade interna dos Estados de promoverem suas políticas de desenvolvimento. Muitas das regras internacionais restringem a ação do Estado. No caso do Brasil, se não houver ação do Estado, aquelas vulnerabilidades, aquelas disparidades, aquele potencial, enfim, a solução daqueles desafios dificilmente se concretizará – sem políticas de emprego, sem determinadas políticas industriais, na área de energia, na área de infra-estrutura, se a sociedade brasileira, cujo instrumento é o Estado, disser que não necessita, que deve deixar para outros o jogo econômico, as soluções dessas disparidades, dessas vulnerabilidades e da construção desse potencial, o potencial não será construído e as disparidades não serão resolvidas, assim como as vulnerabilidades.

Então é necessário que o Estado brasileiro, que a sociedade brasileira, preserve seus instrumentos de ação para poder enfrentar aqueles desafios. É preciso, na esfera internacional, lutar para que as regras que venham a ser estabelecidas na área de desenvolvimento, na área econômica em geral, permitam a ação supletiva do Estado para atender à essas questões.

AALCA E O FUTURO DO BRASIL

E finalmente, o grande objetivo essencial, tendo em vista a não-intervenção e da solução pacífica de controvérsias, é a construção de um mundo multipolar. Esses princípios são essenciais tendo considerando que os interesses de uma sociedade em desenvolvimento como Brasil podem ser melhor negociados.

Existe possibilidade de enfrentar na arena política internacional de forma mais eficaz, defender os interesses do Brasil e enfrentar pressões ocasionalmente adversas. A construção do mundo multipolar é muito importante no sistema internacional.

E é nesse contexto, neste cenário e com esses objetivos – naturalmente dentre estes estarão também os direitos humanos como parte de uma política de paz principalmente diante do renascimento da xenofobia em países altamente desenvolvidos por conta, em parte, da estagnação econômica, mas também por conta dos conflitos na periferia, dos deslocamentos de populações, das migrações. Dentro desses objetivos é que estão as prioridades do presidente Lula desde seu discurso de posse.

Quando nós examinamos as prioridades do presidente ele diz que a prioridade será a América do Sul. Isso é perfeitamente compatível com a idéia de que não há solução individual para o Brasil e que nós temos que, na América do Sul, conquistar a formação de um espaço político e econômico sul-americano. Quando presidente Lula fala de parlamento comum do Mercosul, significa um espaço político comum, trabalhando com as leis, como os estudantes de direito sabem. O parlamento não é um clube para as pessoas se reunirem e conversarem. No parlamento, há um congresso e leis. Exige um sistema político razoavelmente integrado, seja com Ministros, seja um processo formativo com aquisição de competência. Quando o presidente diz isso, ele está diante do mundo multipolar.

A América do Sul pode ter um padrão. A América do Sul não cabe dentro de outros esquemas, dentro de outros blocos, ela é muito grande para caber dentro de um outro bloco. O Brasil sozinho já é muito grande, quanto mais a América do Sul. Essa prioridade, a legislação econômica, física, comercial, política da América do Sul está dentro deste contexto de um mundo altamente conturbado, necessidade de adquirir capacidade de defesa, de promoção de interesses maiores em que o Brasil reconhece a si mesmo e a seus vizinhos. Essas assimetrias são óbvias, qualquer um de nós pode reconhecê-las. Na literatura ou se for a um país vizinho poderá ver as diferenças de população, de riqueza, de desenvolvimento econômico, sofisticação tecnológica, talvez tenhamos mais sorte do que outros. Talvez tenhamos adotado no passado, políticas mais sábias de desenvolvimento econômico, talvez o presidente Juscelino não tivesse feito o plano de Metas, talvez a situação do Brasil fosse outra.

Na época devia ser realmente considerado algo extraordinariamente ousado. Para se ter uma idéia, no primeiro dia de governo, em 1955, o Brasil tinha 800 Km de estradas pavimentadas. Só 800km, mais nada. Não tinha indústria automobilística, não tinha indústria naval, enfim, era um país basicamente agrícola com uma pequena indústria de transformação.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES

A transformação econômica se deu no momento que a compreensão da dimensão do Brasil era muito menor do que hoje. Na época o país tinha 50 milhões de habitantes sendo que hoje tem 175 milhões e pode-se dizer que houve distorções nesse processo de desenvolvimento, mas houve efetivamente um processo de transformação da economia. O Brasil deixou de ser uma economia basicamente agrícola e pastoril, para se transformar numa sociedade cada vez mais sofisticada.

É necessário que se tenha a compreensão de que não poderemos resolver os problemas brasileiros sem a estrita cooperação, sem cooperarmos estritamente com os países vizinhos e sem reconhecermos as assimetrias e sem criarmos uma política extremamente generosa.

Uma das prioridades do presidente Lula, como ele afirmou, é a questão da África, nossa política em relação à África, o resgate de uma dívida que a sociedade brasileira tem em relação à África. O presidente está disposto a executar com firmeza. Ela tem a ver com a situação interna brasileira, com a situação das disparidades brasileiras, situação social interna, todas idéias envolvidas no mesmo círculo. Daí a idéia de cooperação com os países subdesenvolvidos, idéia do esforço para construção de um mundo multipolar, etc.

Outra prioridade é a luta pela paz, pelo multilateralismo, pelo direito internacional, e a questão do Conselho de Segurança das Nações Unidas. A candidatura do Brasil a uma posição como membro permanente de pleno direito no Conselho de Segurança das Nações Unidas. Hoje a maior parte dos conflitos internacionais se encontram na periferia do sistema internacional e os países que estão nessa periferia não estão representados no Conselho de Segurança. E é do nosso interesse, da sociedade brasileira, participar desse Conselho. Este ainda é o principal centro de decisões em escala mundial. Os países que participam desse processo participam do processo e não somente das decisões do processo. Hoje o Brasil não participa do Conselho de Segurança permanente, mas sofre as conseqüências das decisões, sem poder participar. É de extraordinária importância a participação do Brasil no Conselho de Segurança que eventualmente será reformado. Hoje nós temos o apoio público da França, da Alemanha, da Rússia, da maior parte dos países vizinhos e vemos manifestações crescentes.

Em terceiro lugar a questão da relação com os grandes países da periferia como a China, a Índia, a África do Sul, assim por diante.

Eu queria dizer, para concluir, que dentro desse quadro todo, nós temos três tipos de tarefas. Nós temos que transformar as relações tradicionais do Brasil. Nós temos relações tradicionais com os Estados Unidos e que são extraordinariamente importantes. Foram, são e serão. Os Estados Unidos é de longe a maior potência do mundo, 15% do PIB mundial, potência militar cujas forças armadas equivalem às 10 nações ricas somadas. São a maior potência tecnológica. Enfim, nossas relações com os Estados Unidos são extremamente importantes. Nós temos que preservar essas relações para que elas se tornem mais produtivas para o Brasil. Como transformar essas relações? Transformar as relações que sejam cada vez mais soberanas e cada vez mais produtivas para o Brasil. Esse é um desafio muito grande.

AALCA E O FUTURO DO BRASIL

A segunda questão é de como reagir aos fenômenos externos. Todo dia acontecem coisas que não derivam da política externa brasileira, mas que nos afetam. Não só a questão do Iraque, como também a Palestina, a Libéria, questões que nos levam a tomar posições.

Em terceiro lugar as tarefas de como fazer a construção desse espaço sul-americano, como diversificar as relações com a China, com a Índia, com a África do Sul, estas iniciativas. Necessidade de manter as relações tradicionais que temos e ao mesmo tempo transformá-las.

Essa é uma apresentação superficial dos principais desafios da política externa, dentro desse quadro internacional e dizer que temos uma extraordinária tarefa pela frente e que os alunos do curso de relações internacionais, eventualmente, na sua vida profissional, os alunos do curso de direito, do curso de economia, terão que ser parte desse processo. Muitos contribuirão para resolver esses desafios, enfrentar com sucesso esses desafios, enfrentando as consequências e trazendo a solução. É preciso que vocês sejam parte da solução, porque senão vocês serão parte do problema.

Agradeço a presença dos senhores.